

ATA Nº05

----- Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 25 de fevereiro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta e oito minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----A – **Apreciação e votação das atas das sessões de 15/10/2021, 05/11/2021,29/11/2021 e 29/12/2021** -----

-----B – **Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----C – **Justificação de faltas;** -----

-----D – **Intervenção do Público;** -----

-----E – **Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----F – **Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: DESIGNAÇÃO DO (S) REPRESENTANTE (S) DAS FREGUESIAS NA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS FLORESTAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B, DO Nº 3, DO ARTIGO 29 DO DECRETO-LEI Nº 82/2021, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021;**-----

----- **PONTO TRÊS: DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO DO ELEMENTO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VAGOS, DE ACORDO COM A ALÍNEA I), Nº1, ARTº 17º DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS;** -----

-----**PONTO QUATRO: RELATÓRIO Nº17/2021-VIC-MUNICÍPIO DE VAGOS-GERÊNCIA DE 2016 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- **PONTO CINCO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES;** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio Manuel Jesus Martins, Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, eleitos na lista do PSD. -----

-----Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. ----

-----Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

-----Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos:; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. --

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhora(s) Vereadore(a)s Sara Raquel Rodrigues Caladé, Dulcília Sereno; Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 15 de outubro,05 e 29 de novembro de 2021 e 29 de dezembro de 2021;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação as atas, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre os dias trinta de dezembro de dois mil e vinte e um e vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dois. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Presidentes de Junta ausentes. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

-----Do público pediu para intervir o senhor Paulo Jorge Grave. -----

----- Paulo Jorge Grave – O senhor Paulo Jorge Grave usou da palavra e questionou se ficou alguma coisa por fazer, ou se correu menos bem, para não se ter conseguido manter a nova unidade industrial da GRETEL, que vai ser construída na zona industrial da Mota. O que é que faltou a Vagos, face ao Município de Ílhavo, se são os acessos ou se são infraestruturas. A segunda questão prende-se com a vala de escoamento de águas pluviais que existe no limite dos pinhais privados e a parte pública, encostado à zona Industrial de Vagos. Aquilo que passa lá atualmente não é água, tem muito mau cheiro, e por isso gostaria de saber se já foi identificado quem está a provocar aquela situação. -----

----- Presidente da Câmara Municipal—O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões do senhor Paulo Grave. Em relação à GRESTEL, disse que o Concelho de Vagos não perdeu a GRESTEL; que esta empresa tem investido muito, e bem, nos últimos anos no Concelho; e que continua a investir, uma vez que ainda recentemente adquiriu mais um lote na zona industrial de Vagos. Continuando, disse que o que aconteceu - e esteve sempre por dentro dessa situação - é que Vagos não tem aquilo que eles encontraram em Ílhavo, que era uma instalação já edificada e, por isso, irão fazer este investimento lá, e ainda bem porque fica na Região de Aveiro. Disse também que a GRESTEL vai continuar a investir muito no Concelho de Vagos e a Câmara Municipal está a tratar de arranjar mais espaço para edificação e a ampliar o parque empresarial de Soza onde já está sinalizada por parte da GRESTEL a vontade de ficar também com uma área significativa naquele local. Quanto à questão da vala, disse que assim que foi questionado pela comunicação social alertou logo para a situação e, no mesmo dia, foi dado conhecimento às entidades competentes, a ARH, através dos Serviços de Proteção e Conservação da Natureza, e à GNR. Entretanto, a Câmara Municipal já fez análises à água, e confirma-se que é água; que tem, de facto, componentes biológicos, mas que são totalmente inofensivos. Disse que aquela vala tem um problema, muito antigo, que a Câmara Municipal está a tentar resolver com a Lusitânia Gás. Obviamente, há ali uma descarga que tem de ser detetada a sua fonte, e através das análises pode-se eventualmente chegar à origem. Tentar retificar e resolver todos os problemas, sendo que muitos deles já foram retificados quando foram colocadas as condutas de águas pluviais e havia umas situações anómalas que, entretanto, foram resolvidas. Esta foi uma situação que se espera não volte a acontecer. De todas as formas, disse que quer tranquilizar toda a população, uma vez que os resultados das análises à água chegaram hoje, e podem todos estar tranquilos que não é nada de grave. O problema é que enquanto não choveraquilo não passa, porque a água não passa no pontão que vai para a Vagueira e fica ali presa, uma espécie de barragem, por causa da conduta da Lusitânia Gás, e o que se tem estado a tentar fazer é a redução dessa conduta para que a água possa circular normalmente. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”**: -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs à Assembleia Municipal um Voto de Solidariedade para com o povo ucraniano pelo momento de sofrimento e dor que estão a viver, principalmente os inocentes, e condenar veementemente a invasão que a Rússia operou naquele país, violando a Carta das Nações Unidas, o Direito Internacional e a Soberania e Integridade Territorial daquele Estado. Este é o momento para todos refletirem na importância e no valor da democracia e no contributo e na obrigação que todos têm de todos os dias, através dos bons exemplos e das boas ações defender a Democracia e a Paz. No final do ponto, uma vez que é assim que define o Regimento, o senhor Presidente colocará esta proposta à votação. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente pediu para usar da palavra e referiu que uma vez que a Câmara Municipal não vota gostaria de informar que a Câmara Municipal também se associa e está solidária. Entretanto, informou de que hoje de manhã transmitiu ao

senhor Bruno Julião, e nestas coisas não há cores políticas, está-se a falar de Direito Internacional, e sobretudo Direitos Humanos, que a Câmara Municipal de Vagos está disponível para receber cem a duzentos refugiados ucranianos. O senhor Presidente deixou um apelo a todos os ucranianos que residam no Concelho de Vagos e que queiram trazer as suas famílias que a Câmara Municipal está disponível para apoiar. -----

----- Madalena Pinto – A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e fez uma breve exposição do que foi discutido na última reunião da CPCJ, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois. A CPCJ precisava de mais alguém, além dos elementos que tinha, mais pessoas, mais “cabeças para pensar”, mais mãos para ajudar para fazer parte do grupo de pessoas que estão a trabalhar no ativo. Não havendo disponibilidade de muita gente, a Câmara Municipal disponibilizou duas pessoas, que irão fazer mais horas, a psicóloga Rita Silva e a Assistente Social Carla Bento. Nesta reunião foi apresentado o relatório de atividades de dois mil e vinte e um e verificou-se que as problemáticas continuam a ser as dos anos anteriores, embora haja três mais relevantes: a violência doméstica; a falta de supervisão e acompanhamento familiar; o absentismo escolar. Neste momento, de todos os casos que dão entrada na CPCJ e que vem de outras CPCJ existem ativos sessenta e um casos. Estes casos são reportados, maioritariamente, pela GNR e seguidamente os estabelecimentos de ensino, os estabelecimentos de saúde, por anónimos e pelo Tribunal. O apoio dado a estes jovens que são sinalizados com alguma problemática, e que precisam realmente de ajuda, é feito junto dos pais e de algum familiar, que não os pais. No ano passado, devido à pandemia, foram realizadas algumas atividades, as possíveis. Para terminar, referiu que na reunião esteve presente a senhora Ana Paula, Procuradora do Ministério Público, que deixou um apelo, ou seja, quando tiverem conhecimento de algum caso de maus tratos, quando virem crianças com problemas e caso desconfiem de algum caso reportem-no ao Ministério Público, principalmente das idades do pré-escolar e entre os doze e os dezasseis anos.-----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e abordou o tema das candidaturas que vão ser apresentadas no âmbito do PRR para combater um problema que existe no Concelho de Vagos que é a solidão e o abandono dos idosos. A Santa Casa da Misericórdia, o Lar de Ouca e a Associação Betel vão apresentar candidaturas para ampliação do número de lugares em ERPI ou Lar. Em segundo lugar fez referência ao programa Vagos Convida, o CLDS, dirigido pela Santa Casa da Misericórdia em parceria com a Câmara Municipal e a Associação Betel, que tem tido um impacto muito grande no Concelho de Vagos. Já todos terão ouvido falar, por exemplo, na Aldeia Verde que tem passado por todas as Freguesias. É de louvar esta equipa e todo o trabalho que está a ser feito na mudança de algumas atitudes e influência nas pessoas do Concelho de Vagos. -----

----- Rodrigo Capelo – O senhor Deputado Rodrigo Capelo usou da palavra e começou por referir que esta é a primeira intervenção que faz enquanto membro desta Assembleia Municipal e quis informar todos de que todas as intervenções que aqui fizer serão no sentido de contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Vagos, sem qualquer intuito político partidário. Continuando,

disse que agora que foi iniciada a obra do Palacete questionou se vai existir, e se já foi pensado, algum projeto de mediação cultural e alguma programação cultural para o Município de Vagos, pois sente, por parte de algumas pessoas que conhece, essa necessidade no Município de Vagos. Apesar da obra ainda não estar feita, está só a iniciar, mas a política é também um trabalho de antecipação e, neste momento, é um período bom, com o PRR e outros apoios comunitários, financiamentos da Direção de Artes. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por referir a situação da guerra a que se assiste atualmente no território europeu faz com que se coloque em perspetiva as contendas partidárias, assim como as divergências, e obriga a pensar naquilo que é realmente mais importantes em termos de valores para a humanidade. Mas cá se está mais uma vez na Assembleia Municipal a honrar os compromissos para com os cidadãos eleitores. De seguida fez referência às eleições legislativas, que aconteceram muito recentemente, e agradeceu a todos aqueles que contribuíram para que o ato eleitoral pudesse ocorrer nas Mesas de Voto, os delegados e a Autarquia. Quanto a resultados o PS obteve o seu melhor resultado de sempre no Concelho de Vagos, consolidou o segundo lugar de forma bastante clara, e os dados indicam que cresceu em todo o concelho, tendo boas perspetivas de crescimento. Saudou a eleição do vagoense Rui Cruz para a Assembleia da República. O Partido Socialista obteve mais Deputados pelo círculo eleitoral de Aveiro, obteve mais deputados no país, o que lhe permite, agora, enfrentar uma legislatura com a responsabilidade que estes tempos desafiantes exigem também que se assuma. O novo Governo tomará posse, assim que possível, e este novo ciclo trará, inevitavelmente, também um novo conjunto de responsabilidades às Autarquias e ao poder local e que tem que ver com vários programas que serão geridos centralmente, mas que precisam do apoio das Autarquias: O Portugal 2020, no *Overbooking*; O Portugal 2030; O Plano de Recuperação e Resiliência; A Transferência de Competências e o exercício das funções com competências mais claras para as Autarquias, como as questões ligadas à Proteção Civil, com novos desafios nos tempos que correm. O senhor Deputado questionou o senhor Presidente da Câmara se este considera que estes são os grandes desafios das Autarquias e da Autarquia de Vagos em particular, e quais é que considera importantes que possamos debater de forma estratégica aqui na Assembleia Municipal para o próximo ciclo de quatro anos. Entretanto, aproveitou para fazer uma saudação especial às eleições que decorreram no Agrupamento de Escolas de Vagos, relativamente ao Conselho Geral. A eleição e reeleição de um novo Presidente do Conselho Geral é muito importante, para que Vagos possa contar com um conjunto de pessoas com o perfil do professor Paulo Branco, um reputado Professor do Concelho de Vagos e muito agrada a disponibilidade que continua a ter para assegurar a presidência deste Órgão. O bom funcionamento do Conselho Geral do Agrupamento é bom para todos os cidadãos de Vagos em particular para a comunidade educativa. -----

----- Sidónio Sansana –O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e transmitiu uma preocupação sobre a atividade futura da Câmara Municipal e do Executivo Camarário. Infelizmente, disse, por causa da pandemia, nos últimos tempos a atividade económica, comercial

e não só, do Concelho, bem como do resto do país, tem sido fortemente penalizada. Nesta altura, começa a ser importante criar condições para deixar respirar a economia local. O que se passa, e o que leva a esta intervenção do senhor Deputado, e é publico, é o facto de que há muitas obras neste momento a decorrer, e fala principalmente das zonas de acesso entre a vila de Vagos e as zonas balneares, umas em início, outras previstas para arrancar, e algumas provavelmente nem serão da responsabilidade direta do Executivo Camarário, mas de outras entidades externas, e algumas já com atraso e outras poderão até derrapar na sua execução, no que aos prazos diz respeito. O que poderá acontecer é os prazos derraparem em demasia e tem chegado ao senhor Deputado essa preocupação. Por isso, quis deixar a nota de que fosse devidamente equacionado o planeamento e sensibilizados os empreiteiros e as entidades externas para que na próxima época balnear não fosse comprometido o funcionamento da atividade económica nas zonas balneares, e não só. Por exemplo, estão previstas intervenções para a rua do Parque de Campismo na Vagueira e o senhor Deputado começa a imaginar estas intervenções a começar em pleno agosto. -----

----- José Martins – O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que durante muito tempo nesta Assembleia ouviu comentar que não se faziam obras no Concelho. Hoje os comentários já são outros, já se pergunta porque é que as obras vão chegar tarde ou vão colidir com a época balnear. O senhor Deputado como vagueense que é fica bastante contente que as obras neste momento estejam a acontecer em Vagos. Se estão a acontecer, disse, todos terão de ter um pouco de sofrimento para que elas se realizem e espera-se que os prazos sejam cumpridos. Porém, o mais importante mesmo é as obras serem feitas. As obras no Palacete, finalmente, estão em andamento, as obras na zona industrial igual, a estrada Vagos-Vagueira está também em bom andamento. Portanto, tudo boas notícias para as pessoas de Vagos. O senhor José Martins dirigiu-se, ainda ao senhor Presidente da Assembleia, em jeito de desabafo, e referiu que nos tempos que correm todos têm de trabalhar mais, o que implica mais horas de trabalho, e as sessões da Assembleia Municipal serem agendadas para as dezoito horas é um horário não muito favorável. --

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que até à presente data não houve manifestação de qualquer inconveniente ou desagrado em relação ao horário das sessões da Assembleia Municipal. Não vê nenhum problema em que se converse sobre o assunto de forma a adaptar o horário de acordo com a disponibilidade de todos os membros. O senhor Presidente irá discutir o assunto com os líderes dos grupos municipais e caso haja consenso num outro horário não será a Mesa e impedir que tal aconteça. -----

-----Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e começou por manifestar o seu apoio pessoal ao apelo aqui deixado pela senhora Deputada Madalena Pinto. Os jovens e as crianças são o futuro de qualquer sociedade e todo o esforço e sacrifício que se possa fazer é sempre pouco. De seguida, em nome do grupo municipal do CDS-PP, apresentou “**um Voto de Protesto** contra a crise bélica vivida entre a Ucrânia e a Rússia. Não se percebe como é possível, em pleno séc. XXI, continuarmos a ter o povo a sofrer pelo desentendimento dos seus líderes. É trágico, é amargura, é tristeza, é solidariedade para com o povo Ucrainiano, é protesto

*contra a invasão Russa, é preocupação pelos portugueses que se encontram presos no sofrimento de não conseguir voltar a Portugal e fugir ao confronto, é um rol de condenações a toda a guerra e, em específico, a esta que vivemos e para a qual já foram destacados, entre enviados e por enviar, mais de 2500 tropas lusos sem culpa nenhuma para o seio de um confronto armado. Apresentamos este voto de protesto em singelo contributo às vozes que se levantam para o cessar-fogo imediato. A paz e a liberdade, o respeito e a democracia devem prevalecer sobre a opressão daqueles que minam a recuperação deste mundo ferido. Tem de prevalecer. As nossas preces e pensamentos estão com as famílias ucranianas neste momento. O grupo parlamentar do CDS-PP". De seguida, também em nome do grupo municipal do CSD-PP, apresentou "um **Voto de Louvor** pelo serviço público prestado pelo partido CDSPP, ao longo de 47 anos ininterruptos, com eleição de deputados à Assembleia da República, para com Portugal e os Portugueses. O CDS-PP é mais que apenas um partido, é uma das quatro forças motrizes da nossa Democracia do pós 25 de Abril e do pós 25 de Novembro. Uma casa de valores e princípios que serviu e serve a Nação, com milhares de Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta de Freguesia, de membros de Assembleias Municipais e de Freguesia, bem como de Deputados à Assembleia da República, Ministros do Governo e Secretários de Estado, tal como Eurodeputados ao Parlamento Europeu e Diplomatas do nosso País, no seu todo. Incutimos, desde 19 de julho de 1974, o nosso marco na nossa sociedade e na República Portuguesa com uma única fonte de poder, o povo e a sua vontade nas urnas. Os desígnios superiores desta vida apenas um os conhece e ninguém na terra constitui esse indivíduo, mas acreditamos solenemente que esta eleição perdida será apenas um intervalo e que superaremos, mais uma vez, as dificuldades que se nos impõe. Acreditamos que o melhor prémio dado a quem cumpre o serviço público é, única e exclusivamente, aquele que os seus pares podem fazer. Admitir o mérito de quem o povo elegeu para representação e reconhecer se houve ou não coesão entre a teórica e a prática, de uma prestação digna na defesa dos valores e princípios que se proclamavam antes e pós-eleição. Senhoras e Senhores Deputados, Executivo e Mesa desta Assembleia, sem discussão nem trica política, a palavra sobre esta proposta de voto de louvor pelo serviço prestado pelo CDS-PP ao longo dos últimos quase 50 anos é vossa. O grupo parlamentar do CDS-PP". -----*

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que já aqui foi feita referência ao facto político mais recente, a maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista nas Eleições Legislativas. Em momento algum o PS disse que esta foi uma maioria esmagadora, porque os portugueses sabem que uma maioria absoluta do PS é uma maioria de diálogo, de quatro anos e meio em prol do progresso e do desenvolvimento do País, e é nisso que se está. Juntando a parte nacional à parte local, o que consta das atas do início deste mandato é bastante triste, o relato é circunstanciado e está bem, foi votado por unanimidade de todos os presentes, mas para a história fica aqui uma luta, quase tribal, que tem existido que não faz nenhum tipo de sentido. O que se apresentam aqui são posições distintas, legítimas, cada um tem a suas características pessoais, mas aquilo que consta, as expressões diretas que constam nas

atas deviam ser evitadas. Uma vez que se está ainda no início do mandato fica aqui o apelo para que tal não aconteça nas próximas reuniões. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o apelo, feito pelo Senhor Deputado Óscar Gaspar, a juntar a tantos que já tem feito, e nunca são demais. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por dizer que de facto o Partido Socialista teve uma vitória esmagadora nas Eleições Legislativas, mas espera que não se transforme numa vitória devastadora, isso é que ninguém quer. Se Governarem bem, todos estão bem. Em Vagos, também não é novidade que as eleições correram bem, e têm corrido bem ao longo dos tempos, sejam elas Autárquicas, Europeias ou mesmo Legislativas. Entretanto, deixou os parabéns à forma como são elaboradas as atas, o novo modelo é de mais fácil compreensão, apesar de que quanto às expressões quem não as quiser ver nas atas não as deve proferir aqui, porque sendo proferidas devem constar das atas. De seguida questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do processo judicial que culminou na condenação daquele elemento que veio à Assembleia Municipal. Questionou se, efetivamente, o Ministério Público lhe enviou alguma comunicação ou algum processo que tenha sido levantado contra o Presidente da Câmara. Entretanto, questionou como tem corrido as coisas com o centro de testagem, se está a correr de acordo com aquilo que foi previsto. Por fim perguntou como estão os pagamentos relativamente aos acordos de execução, nomeadamente com a Junta de Freguesia de Calvão. Postas estas questões quis deixar a solidariedade do grupo municipal do PSD, com todas as intervenções que aqui foram tidas, nomeadamente a do senhor Presidente e a do CDS, relativamente ao conflito na Ucrânia com a Rússia. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que em relação ao reconhecimento do trabalho na melhoria das atas era intenção não mexer na estrutura e na essência das intervenções, mas sendo um documento que fica para o futuro, decidiu estruturá-lo melhor. Neste sentido, agradeceu aos serviços de apoio desta Assembleia Municipal e também da Câmara Municipal que tem dado o seu contributo e apoio, para esta melhoria. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros desta Assembleia. -----

Em relação às Eleições Legislativas endereçou os parabéns ao Partido Socialista, na pessoa do senhor Pedro Nuno Santos, Cabeça de lista por Aveiro, e ao senhor António Costa, enquanto líder do Partido Socialista, atual e futuro Primeiro-Ministro de Portugal. Pela frente terá uma tarefa, com certeza, difícil, sobretudo num momento em que a Europa atravessa uma crise militar e de soberania. É público, de há pouco tempo, da ameaça Russa à Finlândia e à Suécia, e provavelmente este conflito não irá ficar só pela Ucrânia, ou pelo menos já não está a ficar só pela Ucrânia. O momento deve ser de grande união, obviamente discutindo as questões essenciais para o país e a estratégia, naquilo que diz respeito às coisas mais importantes que são os valores da democracia, da liberdade e da soberania territorial de cada um dos Estados que compõem a Europa e isso é uma tarefa extremamente importante e, por isso, deseja todo o sucesso ao atual e

novo Primeiro Ministro de Portugal. Deixou ainda nota de que poderá contar com o Município de Vagos, apesar da sua pequena dimensão, que estará ao lado do Governo nas matérias que de facto interessarem ao País, e aí terão de estar todos juntos e todos unidos. Saudou a eleição do senhor Deputado Rui Cruz. No PSD é o primeiro vaguense a ser eleito diretamente para a Assembleia da República. Em relação à CPCJ associou-se, também, ao que aqui foi dito pela senhora Deputada Madalena Pinto e ao apelo que deixou e fez referência à eleição da senhora Deputada Andreia Marques para a Presidência deste Órgão, desejando boa sorte e pouco trabalho. Em relação às candidaturas ao PRR, as EPI's, os Lares de Idosos como são conhecidos, estão aprovadas em Conselho Local de Ação Social três candidaturas e agora aguarda-se que sejam aprovadas pelas entidades competentes. Entretanto, o CLAS terá de reunir novamente, porque não foi enviado a tempo um outro projeto do Centro de Ação Social de Santa Catarina. Quanto à CLDS é um projeto a que a Câmara Municipal tem estado associada e que tem tido um grande sucesso. Relativamente ao senhor Deputado Rodrigo Capelo saudou pela sua primeira intervenção e referiu que todos devem estar aqui pelo mesmo. Mais importante que os combates políticos que devem acontecer para a eleição, são as discussões importantes para o Concelho. A questão da cultura é de facto muito importante e felizmente começou-se a obra da Requalificação e Ampliação do Palacete. A Ampliação do Palacete permite a criação de um auditório com trezentos e quarenta lugares e com um palco suficientemente capaz de receber uma oferta cultural muito mais alargada no Concelho. Nos próximos dois anos, enquanto decorrer a construção, será para preparar um programa cultural. O Concelho tem até ao momento o Auditório de Centro de Educação e Recreio e o do Salão Paroquial, e depois terá o Auditório Municipal. Poderão ser organizados, por exemplo, Festivais, e serem utilizados estes palcos, que não são de grandes dimensões, mas que podem complementar o palco principal. Disse que no dia de hoje esteve numa reunião na Fundação de Serralves e está a ser preparado um protocolo com esta entidade para ajudar a dinamizar espaços culturais. Deu também conhecimento das candidaturas aprovadas de projetos/programas culturais em rede. Disse que no ano passado foram aprovadas três candidaturas, que ainda não foram todas concretizadas, mas que em breve, por alturas do Divino Espírito Santo, haverá a concretização da terceira e última candidatura. Em relação aos projetos estruturantes, haverá a possibilidade analisar essa questão posteriormente, mas o Município de Vagos tem estado na linha da frente relativamente ao Portugal 2020, com muitas candidaturas aprovadas e muitas em execução. Neste momento, estão muitas obras em execução, e alguns atrasos têm a ver com os fundos comunitários, porque a maior parte destas execuções só se conseguem concretizar com apoio comunitário. Em relação à preocupação dos comerciantes sobre a época balnear, o que se pode dizer é que as obras começaram exatamente no tempo certo para acabar a tempo de não importunar a época balnear. Continuando, disse que o senhor Deputado Sidónio Sansana estará a confundir a Rua do Parque de Campismo com a Av. Do Parque de Campismo. Na Av. Do Parque de Campismo só terá de se colocar o pavimento, agora que está terminada a rotunda, uma grande luta do senhor Presidente de Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, porque a Câmara Municipal estava cética em relação à construção da mesma. Hoje

reconhece que a construção da rotunda está muito bem. As restantes intervenções a que se referiu o senhor Deputado Sidónio Sansana dizem respeito à Rua do Parque de Campismo, a colocação de saneamento e gás natural e posterior pavimentação, e essa não tem influência no comércio. A Rua da Fonte, que é a que faz a ligação à zona Industrial, a intervenção já começou, com a construção da ciclovia. Do Pontão das Malhadas para a frente é só pavimentação. A grande intervenção é do Pontão das Malhadas para Nascente, onde será a construção da rotunda e a substituição de todas as condutas de água, gás e saneamento. Essa será uma intervenção mais delicada. Ter-se-á de promover os desvios de trânsito necessários e espera-se que a obra não se atrase muito. Contudo, garantir hoje que uma obra não se atrase é uma coisa extraordinariamente difícil. Por exemplo, é de relevar o facto de a obra da zona industrial de Vagos não estar atrasada. Pode haver queixas, mas, como referiu o senhor Deputado José Martins, não se conhece nenhuma obra que seja feita sem causar incomodo, e, se tudo correr bem, terminará dentro do prazo. Em relação ao Palacete a obra foi iniciada e na próxima segunda feira irá ocorrer um momento que não lhe agrada pessoalmente, e que não agradará à maioria dos que aqui estão, que é o corte das árvores do jardim. A madeira das árvores será guardada para trabalhos de escultura, e há já alguma coisa pensada. É que já está “assegurada” a sucessão daquelas árvores. Neste momento, estão na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto guardadas amostras que foram recolhidas em conjunto com a Charcos & Companhia e que darão futuras árvores, ou seja, “os filhos” dessas árvores estão a crescer no Jardim Botânico do Porto. Em relação ao ponto de situação do processo judicial, movido contra o senhor Victor que nesta Assembleia Municipal proferiu algumas considerações que entendeu serem ofensivas e, por isso apresentou queixa ao Ministério Público. Este, levou o senhor Victor a Tribunal e ele foi condenado. Não sabe mais pormenores sobre o assunto. O processo ainda está a decorrer, mas em 1ª Instância houve uma condenação, houve um recurso, e agora seguirão os trâmites normais até ser transitado em julgado. Quanto ao centro de testagem há, e houve sempre, disponibilidade por parte da Câmara Municipal para colaborar com qualquer entidade. Entretanto, abriu-se um novo centro de testagem para esse fim, no Pavilhão Municipal de Vagos, e em boa hora que foi feito, porque teve sempre muita adesão e continua em funcionamento num horário/regime diferente. Em relação aos pagamentos à Junta de Freguesia de Calvão, o combinado era que assim que estivesse tudo resolvido, como está, seria tudo liquidado e está. Numa das próximas sessões da Assembleia Municipal virão os novos contratos para este mandato que terão efeito a partir de janeiro deste ano.

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e disse que sobre os temas que se podem considerar mais desafiantes para as Autarquias Locais neste novo ciclo, havia referido a Proteção Civil. No entanto, considera que há um que seria importante começar a falar aqui e dar-lhe a devida atenção, que é muito premente, e que tem que ver com a seca que se está a fazer sentir no país. Os Órgãos de Soberania em Portugal estão a começar a dar a devida atenção a este problema, que está a ser olhado pelo Governo e pela própria Assembleia da República que para a semana reúne a Comissão permanente para discutir o tema. É importante que as Autarquias, pelas suas competências próprias na área da Proteção Civil, possam olhar com

atenção para esta questão. Todos têm memórias de situações trágicas que decorreram de um conjunto de circunstâncias relacionadas com a seca, que promoveram um incêndio devastador e é importante que tal não volte a acontecer. Neste sentido, torna-se importante começar a perceber hoje que medidas é que a Câmara Municipal tem previstas implementar nesta área em particular. Este desafio é muito importante e tem a ver com coisas que a Autarquia pode assumir, como, por exemplo, apelos que pode fazer aos cidadãos. Em relação à preocupação do senhor Deputado do PSD, sobre aquilo que o Governo do Partido Socialista costuma deixar, referiu que se for para deixar aquilo que o senhor António Costa deixou, o menor dédice de sempre, a taxa de desemprego a menor de sempre, a taxa de emprego das maiores de sempre, maiores níveis de captação de investimentos estrangeiros. Mantem-se a confiança de que isto irá acontecer no próximo mandato, não obstante os desafios que possam ocorrer e já aqui sinalizados, um conflito armado que não traz só problemas no que diz respeito à Paz, mas que inevitavelmente trará problemas para toda a economia mundial. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e, na sequência da intervenção que fez, queria acrescentar o que é que a Câmara Municipal já tem previsto neste pós COVID, sem bem que a pandemia ainda anda por aí, porque estamos numa fase em que certamente a Autarquia já deve estar a planear quais as medidas que vai implementar. A preocupação que manifesta aqui com a Governação Socialista tem a ver com uma preocupação que o senhor Bruno Julião também devia ter, porque é do país, e deve-se ao facto de cada vez que há um Governo Socialista a Governação termina em derrocada e depois tem de ir o PSD, muitas vezes coligado com o CDS, resolver o problema criado pelo Partido Socialista. Seguindo as opiniões do grupo municipal do Partido Socialista, uma das coisas que também se poderia tentar começar a fazer um esforço era de usar a Assembleia Municipal para assuntos municipais e não aproveitar o facto de terem rebatido tanto na transmissão *online* para fazerem política, porque só lhes fica mal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra para responder às questões colocadas. Entretanto, começou por acrescentar um ponto à questão colocada anteriormente pelo senhor Deputado Rodrigo Capelo, ou seja, umas das coisas que se está a fazer do ponto de vista cultural é tratar da Municipalização do Museu do Brincar, que irá a umas próximas Reuniões de Câmara e depois virá à Assembleia Municipal para discussão e aprovação. Este é um dado importante para a programação cultural e tudo aquilo que diz respeito à cultura. Será o primeiro Museu que o Município terá. O que está também em cima da mesa é a possibilidade de haver o protocolo entre a Câmara Municipal e a Fundação de Serralves no sentido de se criarem alguns eventos culturais ligados a esta entidade. A Fundação de Serralves é hoje uma das mais importantes a nível nacional do ponto de vista de tratamento das questões da cultura, e não só. O senhor Presidente, disse, teve a oportunidade de, no dia de hoje, estar com a Presidente da Fundação e de visitar a Casa Cinema Manoel de Oliveira onde pode ver um excerto do filme A Caça, que foi filmado no Concelho de Vagos, e a paisagem, felizmente não está muito diferente daquilo que era naquela altura. Isso é sinal de que se conservou bem a biodiversidade e

aquele espaço lá em baixo do rio Boco. Assim que o espaço esteja pronto haverá a oportunidade de se fazerem coisas muito interessantes na área da cultura. Em relação à questão da seca, disse que não poderia estar mais de acordo. Em Vagos, parte desse assunto já ficou resolvido há muitos anos, quando aderiu à Associação de Município do Carvoeiro. Na altura, esse tema foi bastante discutido e entrou na discussão, na adesão à AdRA, e entrou na discussão do custo da água no Concelho de Vagos, que muitas vezes é aproveitado como uma arma de arremesso contra a Câmara Municipal. Disse que sempre defendeu aquilo que vai defender hoje, ou seja, é de opinião que a água em Vagos não é cara, se for tido em conta que o que se fala é um metro cúbico de água, que é muita água, e que tem um custo do tratamento e de transporte para fazer chegar essa água com grande qualidade à casa de todos os cidadãos que o pretendem. É evidente que para a carteira dos portugueses e dos vaguenses a água é cara, mas para o valor que tem a água, não é cara. Vagos, neste momento, é dos poucos Concelhos no País, e os que fazem parte da Associação de Município do Carvoeiro, que tem água do Cretácico que podia explorar, as captações de Ponte de Vagos, da Lavandeira, da Floresta e do Ervedal. Mas, há muito tempo, por decisão da Assembleia Municipal, e bem, Vagos decidiu aderir à Associação de Municípios do Carvoeiro e deixar de vender água à AdRA para conservar algo que é um bem muito precioso. O senhor Presidente arrisca-se a afirmar, com todos os riscos que esta afirmação possa ter, que Vagos não tem problemas de falta de água. O facto de manter o Cretácico, perdeu financeiramente, porque deixou de vender água à AdRA, e podia encaixar seguramente seiscentos/setecentos mil euros por ano de água, que se vendia à AdRA. Mas não o fez e evitou que a cunha salina entrasse e contaminasse essa reserva de água tão preciosa que o Concelho tem. Essa decisão que do ponto de vista financeiro foi muito boa, porque a Associação de Município do Carvoeiro, é dos bens mais preciosos que os Municípios da Região de Aveiro têm, vale muito dinheiro. A instituição e tudo o que ela aporta, vale muito dinheiro, mas além da questão financeira foi uma grande decisão que esta Assembleia Municipal tomou. Foi uma decisão muito inteligente, e estão em linha com a preocupação aqui apresentada pelo senhor Deputado Bruno Julião. Em Vagos tem-se redundâncias, tem-se um sistema muito eficaz, com alguns problemas, como perdas acentuadas de água, e é preciso melhorar esse aspeto. A AdRA terá de melhorar esse aspeto, mas está relativamente bem em comparação com o resto do País no que a essa matéria diz respeito. -----

Quanto ao pós-COVID o senhor Presidente anunciou aquilo que até já anunciou publicamente, isto é, a Câmara Municipal, neste momento, está a planear realizar todas as atividades que realizava antes da pandemia. Não se pode decretar o fim do COVID, porque isso não é possível, ele continua a existir, mas é importante retomar alguma normalidade a bem da economia e da saúde mental. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta de **Voto de Solidariedade para com o Povo Ucraniano**, pelo sofrimento e a dor que estão a viver, principalmente os inocentes que sofrem com esta conduta criminosa, e condenar veementemente a invasão da Rússia àquele país, violando a Carta das

Nações Unidas, a soberania e integridade territorial daquele Estado, e o tratados e direito internacionais. **O Voto de Solidariedade foi aprovado unanimidade.** A Câmara Municipal associou-se a este voto de solidariedade. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para colocar duas questões. A primeira prende-se com a beneficiação de arruamentos na Freguesia de Ouca. Foram adjudicados dois projetos. Um, já houve a oportunidade de conversar sobre ele na última sessão, mas esta semana foi adjudicado outro, pelo que pergunta se já é possível dar algum *feedback* sobre os troços a serem beneficiados. A segunda questão prende-se com a informação em relação à Proteção Civil, tendo em consideração que já há a informação de que o Rali da Bairrada irá realizar-se novamente no Concelho de Vagos, pelo que pretende saber se a logística deste evento está a ser tratada com antecedência para que não aconteçam alguns constrangimentos como aconteceram no ano passado. Já há alguma experiência dos outros anos. É um evento que mobiliza bastantes pessoas e, por isso, é importante afinar com alguma antecedência esta situação. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara já deve ter quatro ou cinco capas do Jornal O Ponto com o Centro Cultural. Parece que é desta, será em fevereiro de dois mil e vinte e dois, assim se espera e que seja concluído ainda neste mandato. Esta é uma obra que deixa as pessoas muito desconfortáveis. É uma obra ultranecessária, porque não há nada no Concelho que se assemelhe a um Centro Cultural e é necessário estimular a cultura, e que tem sido prometido tempo após tempo, ou são questões administrativas, ou financeiras ou regulamentares, mas a verdade é que a obra não tem saído do lugar e faz muita falta. Em relação à questão das obras, o senhor Deputado não concorda com a intervenção que o senhor Deputado José Martins fez. O problema das obras é não existirem obras ou estarem atrasadas. Por exemplo, a zona industrial. Ninguém percebe que aquela situação se mantenha, pelo menos desde agosto. Tem-se passado todo o inverno naquela situação e, neste momento, pelo menos naquela zona da rotunda da entrada até ao NEVA continua absolutamente calamitosa, má para quem lá precisa de ir e péssima para a imagem de Vagos face a terceiros. Também em relação a questões relacionadas com obras, perguntou se estão ou não previstas obras na estrada que liga a Vagueira ao Areão. Esta é outra situação em que quem passa por lá

fica com a ideia de que já não há um metro quadrado de alcatrão há muito tempo. Neste momento, estão a decorrer, tanto quanto se percebe, obras no cemitério de Vagos. Em vinte e cinco de junho do ano passado, aqui na Assembleia, houve aqui um “bate boca” sobre esta matéria, a câmara disse que não havia problemas, mas a verdade é que as obras estão a iniciar-se. Neste sentido, pergunta-se o que é que está a ser feito e o que é que foi detetado que merecia intervenção. Também nesta informação escrita do senhor Presidente é referido vistorias e é referida a Comissão de Trânsito, a pergunta é que conclusões é que essa Comissão de Trânsito terá tirado das condições em que as atuais estradas e caminhos do Concelho estão. Nesta mesma informação consta que no Bairro Pedro Guimarães continuam quatro apartamentos devolutos e a pergunta é porquê, se estão em condições de ser utilizados e se há ou não vaguenses que poderiam estar a utilizar esses quatro apartamentos. Uma nota final em termos financeiros, só para chamar a atenção dos senhores Deputados que chegaram agora, neste mandato. Há aqui um pequeno milagre, isto é, se reparem a taxa de execução é possível subir sem que suba a despesa efetuada. Porquê? Porque aquilo que se altera é o valor total do orçamento e, portanto, onde consta que a execução foi na ordem dos 85,2% de despesa no ano passado a verdade é que isto só acontece porque houve uma redução do orçamento. Se o orçamento fosse o inicial era 75%. ----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e pegando em algo que já foi dito reforçou que terá de se trabalhar mais e sermos muito exigentes connosco próprios para que corra tudo bem, o que não significa ser contra obras estruturantes e necessárias. Por isso, é que vem aqui tentar atualizar a informação em relação a dois projetos que lhe são muito caros. O primeiro, o saneamento. Já aqui foi falado de um compromisso que está dependente de uma entidade externa, para tentar levar o saneamento a noventa e tal por cento do Concelho. Neste sentido, perguntou se estas intervenções que estão em curso já têm em vista esse caminho e se há alguma coisa prevista, no futuro, para outras localidades. A segunda questão, saber se já se avançou alguma coisa em relação à aquisição de terrenos para a Variante, que entronca com outra questão, uma dúvida do senhor Deputado em relação aos números, que lhe dá a impressão que não até porque os empréstimos associados a essa intervenção, e à intervenção na zona industrial de Vagos e no Centro Náutico da Vagueira, parecem não estar contabilizados ainda na dívida. De acordo com o mapa da dívida até dá a entender que se está no bom caminho, a reduzir a dívida, que neste momento está em onze milhões e quatrocentos mil euros, mas se esses empréstimos ainda não foram recebidos e não estão contabilizados daqui a pouco tempo ter-se-á um mapa da dívida a dizer que esta subiu para milhões de euros. Por fim, uma dúvida em relação a números, o saldo corrente está com excesso de despesa em relação à receita de duzentos e cinquenta mil euros em dois meses. O senhor deputado espera que lhe confirmem que isto tem a ver com recebimento do subsídio de Natal, mas mesmo assim se for essa a explicação para este desequilíbrio dirá que a massa salarial da Câmara Municipal está um pouco elevada em dois meses. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. -----

Em relação às questões levantadas pelo senhor Deputado Hugo Santos começou por pedir-lhe desculpas, porque na última Assembleia Municipal havia-lhe dito que iria falar com o Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal para agendarem uma reunião, por causa de um esclarecimento de um valor relativo às transferências de competências, e só hoje, ao ver a ata, é que se lembrou. Mas, disse, irá contactar o senhor Presidente de Junta e agendarão a reunião para a próxima semana. No que respeita à beneficiação de arruamentos é uma obra, e não duas, são dois atos administrativos diferentes, o ato da adjudicação e a audiência prévia. Relativamente ao Rali da Bairrada hoje houve uma reunião para acertar alguns pormenores do ponto de vista da organização e em breve serão contactados os Presidentes de Junta de Freguesia, tal como foram no ano passado. É importante que o evento tenha sucesso desportivo, mas também interessa ter sucesso do ponto de vista da organização e de trazer pessoas para o Concelho. -----

Em relação às capas do Jornal o Ponto, disse que não é da sua responsabilidade, pelo que terá de perguntar ao senhor Diretor do jornal. Quanto à questão do desconforto provocado pela obra, é perceptível. Para quem sempre colocou em causa que o Executivo a conseguisse realizar percebe-se que o início da obra possa ser desconfortável para os senhores Deputados. No entanto, a obra começou, será executada, teve várias questões administrativas, inclusive um processo administrativo em que a Câmara Municipal teve, sucessivamente, razão, tirando a primeira instância, ganhando na Relação e depois no Supremo, no que ao concurso diz respeito. A obra, neste momento, reúne todas as condições para iniciar e já começou. Em relação às obras da zona industrial nem todas as situações estiveram assim desde agosto. A obra começou antes, em junho, mas não é tudo no mesmo sítio. Relativamente à ligação Vagueira-Areão está anotada como uma das prioridades. O problema é que para o PSD as obras que se fazem são para se pagar, e as dívidas são para se pagar, e, portanto, têm de se fazer opções. Assim, opta-se por umas em vez de outras. Nos últimos tempos tem-se optado pelas requalificações e qualificações das zonas industriais, para trazer mais riqueza para o Concelho. Quanto à questão do Bairro Dr. Pedro Guimarães existem alguns fogos por ocupar, está em processo de revisão o regulamento e será analisado aqui em breve, assim que estiver pronto do ponto de vista do trabalho das técnicas da ação social. Depois de discutido, analisado e aprovado aqui na Assembleia Municipal ficará em condições para se seguir com o arrendamento dos espaços. Tem vindo a ser dado preferencial andamento aos apoios aos arrendamentos, e têm sido feitos vários, com vários enquadramentos, nas localidades e nos sítios onde as pessoas já estão habituadas a viver. Em relação ao “milagre” da taxa de execução poder-se-á ter aqui uma longa conversa, e ter-se-á com certeza aquando da discussão da Prestação de Contas, mas não existe nenhum “milagre”. Existe sim um ajustamento que se faz no final do ano, relativamente ao Orçamento, e o senhor Deputado Óscar Gaspar devia regozijar-se pelo facto de se ter batido um recorde ao nível de execução, não pelo ponto de vista da taxa mas sim do ponto de vista do absoluto. Esta é uma execução que bate todos os recordes, nomeadamente ultrapassando, ou chegando muito próximo dos vinte milhões de euros. Portanto, está tudo muito bem encaminhado. A questão do cemitério não corresponde à verdade. O senhor

Deputado não estava cá, e nunca disse que o cemitério não tinha problemas, pelo contrário. O que disse foi que estava a ser elaborado um projeto de requalificação do cemitério. O que disse e desmentiu foi uma afirmação de que o cemitério não estaria bem cuidado e bem tratado, e isso é mentira. Aliás, tanto é mentira que no debate da rádio dos candidatos à Junta de Freguesia de Vagos quando o candidato do Partido Socialista, de forma incorreta, disse que o cemitério estava sujo, desorganizado e desordenado, foi a candidata da CDU que o desmentiu. Aquilo afirmei foi isso. Isto é, existe até um projeto de requalificação que está em execução e que será mais amplo até que o trabalho que está a ser realizado. Sobre este assunto, disse ainda que sempre negou que não havia falta de limpeza nem de manutenção do cemitério, e que nunca negou que aquele local precisa de obras, e mais uma vez é uma questão de prioridades. Quanto à questão do saneamento, neste momento, a AdRA está em processo de adjudicação do saneamento em Covão do Lobo. Já lançou a empreitada do saneamento em Fonte de Angeão, e uma parte de Ponte de Vagos, para completar a rede de saneamento que existe. A obra de Covão do Lobo começará ainda este ano, no primeiro semestre. A outra obra ainda começará, também, este ano, mas lá mais para o final e já estão a ser desenvolvidos projetos para Calvão, Santo António e Santo André. Para isso está a ser desenvolvido também o projeto de ampliação da ETAR de Ouca, que precisa de ser ampliada para depois receber mais caudais, que está a ser feito pelas Águas do Centro Litoral. Em relação à questão da variante, terminou há poucos dias o procedimento concursal, e está a ser feito o relatório final para o trabalho de assessoria que a Autarquia vai ter, para ajudar a fazer as aquisições/expropriações. O processo será iniciado assim que se tenha tudo fechado com o prestador de serviços que ganhou o concurso. Quanto aos empréstimos também não é verdade que eles cheguem aos treze milhões, porque se é verdade que eles estão contratados e quando forem executados vai aumentar, também é verdade que do outro lado se está a amortizar empréstimo. A conta não é direta, tem que ter o mais e depois o menos. O Município amortiza cerca de oitocentos mil euros por ano. Portanto, mesmo que execute, treze milhões de euros, nas contas do senhor Deputado, tem que reduzir cerca de um milhão de euros, tendo em conta as amortizações de capital que são feitas. Também não há outra maneira de fazer isto. Para se fazerem obras tem de se investir e para se investir tem de se pedir empréstimos ou obter fundos comunitários. Em dois mil e vinte um o Município também obteve recordes na execução de fundos comunitários. Quanto à massa salarial elevada, ainda vai ficar mais elevada com a transferência de competências, isso é uma inevitabilidade. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra para deixar uma sugestão, isto é, em relação à questão das empreitadas que seja colocada qual a nomenclatura da empreitada para não haver confusões em relação à mesma. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a obra aparece identificada pelo nome, mas devia ter o ano. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO DOIS: DESIGNAÇÃO DO (S) REPRESENTANTE (S) DAS FREGUESIAS NA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS FLORESTAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B, DO Nº 3, DO ARTIGO 29 DO DECRETO-LEI Nº 82/2021, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021;-----

----- Nuno Moura—O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e relativamente a este assunto informou de que o grupo municipal do PSD entendeu por bem que deveriam ser indicados os senhores Presidentes de Junta que têm na sua área geográfica mais zona florestal. Neste sentido, indica como representantes os senhores Presidentes de Junta Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, e Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora. Obviamente, que esta indicação teve um prévio contacto por parte do grupo municipal do PSD ao grupo municipal do CDS que acedeu à proposta. Assim sendo, os grupos municipais do PSD e do CDS apresentam à Mesa uma proposta conjunta, com os seguintes elementos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, e Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, para representar a Assembleia Municipal nesta Comissão. Esta é uma demonstração daquilo que o Partido Socialista tinha acusado o PSD e que não é verdade, porque o PSD preocupa-se com designação de pessoas que têm qualidade e qualificações para aquilo que entenderem ser necessário e melhor para o Município de Vagos. -----

-----Óscar Lopes Francisco –O senhor Deputado Óscar Francisco usou da palavra e referiu que subscreve as palavras do senhor Deputado Nuno Moura relativamente ao contacto que foi feito. Deste modo, quezílias partidárias à parte, esta é uma situação que lhe apraz defender aqui, na medida em que são escolhidos dois Presidentes de Junta que têm uma área florestal relevante e que não fazia sentido estar a escolher outras pessoas que não estas. -----

----- Sidónio Sansana - O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e em relação a esta designação em concreto, e ficou a saber que já houve alguns desenvolvimentos prévios, e em relação ao que acabou de saber agora as designações parem-lhe corretas e merecem o seu apoio, decidido nos últimos segundos. A sua intervenção inicial, antes de saber disto, é no sentido de manifestar algum desconforto por estas designações, em outros processos similares em que tem de participar, porque sabendo em cima da hora quem são as pessoas, correndo o risco de por vezes não as conhecer, ou pelo menos correndo o risco de não conhecer o seu perfil e a sua adequação para aquilo a que são propostas. Por essa razão tem uma certa dificuldade em se manifestar a favor ou contra essas designações. Em muitos destes processos enquanto o Partido CHEGA não tiver em condições de, nesta casa, decidir estas questões com maior capacidade de intervenção não pode, nestas circunstâncias, nem apoiar nem rejeitar. Não sabe se há decretos lei que impeçam isso, que impeçam que estas informações sobre as pessoas designadas possam ser feitas com mais antecedência para que possam ser analisadas. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que esta atividade política e parlamentar, é da responsabilidade dos grupos municipais, e sobre isso não há aqui nenhuma observação. Há uma eleição para fazer, conforme determina a lei e é

isso que se está aqui a fazer. As forças partidárias, com assento na Assembleia Municipal farão os entendimentos e as conversações que entenderem entre si.-----

----- Nuno Moura—O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e esclareceu que o PSD entendeu por bem contactar o CDS e não o fez com o Partido Socialista nem com o CHEGA porque nenhum destes dois partidos tem Presidentes de Junta em nenhuma Freguesia. Contudo, não se vê nenhum inconveniente que se o CHEGA assim o entender e quiser contactar o grupo municipal do PSD este estará sempre disposto a conversar com o CHEGA e até, eventualmente, antecipar eventuais escolhas que possam fazer. O senhor Deputado Nuno Moura respeita muito o senhor Deputado Sidónio Sansana, mas aquilo veio aqui dizer hoje demonstra um total desconhecimento do funcionamento de uma Assembleia Municipal, porque o grupo municipal do CHEGA poderia ter feito uma proposta. Não tem nenhum Presidente de Junta, mas poderia ter indicado um Presidente de Junta do PSD ou do CDS, e esta proposta teria de ser votada. É assim que funciona. Quanto aos representantes e designações da Assembleia Municipal eles têm de ser eleitos aqui e são propostos aqui no dia. Avaliam-se as pessoas, discute-se as indicações e vota-se. A intervenção do senhor Deputado do CHEGA é compreensível, mas não foi feliz, porque a única limitação que o CHEGA tem é não ter elementos suficientes para, por si só, ser objeto de eleição, mas isso faz parte dos resultados eleitorais. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que esta Comissão é uma coisa nova, ou seja, existe a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e existe, agora, esta nova Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais, que está sob gestão da AGIF, que faz o planeamento, coordenação estratégica e avaliação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), e que foi constituída após os incêndios de dois mi e dezassete. Da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios faz parte o senhor Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora, o senhor Hugo Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, e o senhor Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão. Esta entidade tem tido fortes discussões com o ICNF e felizmente têm estado todos do mesmo lado para fazer com que a entidade que interessa aceite as ideias que forem apresentadas, porque se o ICNF não aceitar está-se a discutir para nada. Estas Comissões são importantes do ponto de vista consultivo e, portanto, é importante que quem esteja nestes órgãos possa participar, e tem havido sempre essa participação, com participação efetiva, porque são matérias muito importantes a tratar, do ponto de vista da Proteção Civil, mas também do ponto de vista do planeamento. Hoje, com as regras que existem para a gestão dos fogos florestais, a ação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem consequência prática na vida das pessoas e, portanto, estes órgãos devem ser exercidos por quem tem algum entendimento ou sensibilidade para estas matérias. Esta é uma entidade nova e que vai estar num processo de constituição de algo que é municipal, depois terá uma componente sub-regional, no âmbito da CIRA e depois terá uma componente regional, da Região Centro. -----

----- Sidónio Sansana - O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra para deixar uma questão muito rápida, ou seja, para saber que decretos lei é que impedem que esta decisão possa ser comunicada aos Deputados Municipais com dois dias de antecedência, sobre a identidade dos candidatos num pequeno resumo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta conjunta dos grupos municipais do PSD e do CDS, denominada por Lista A, por escrutínio secreto. -----

----- Deliberação – A Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, a lista A, com vinte e seis (26) votos, tendo sido eleitos como representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais os seguintes membros: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, e Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO DO ELEMENTO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VAGOS, DE ACORDO COM A ALÍNEA I), Nº1, ARTº 17º DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS;** -----

----- Andreia Marques –A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e explicou que esta Assembleia Municipal elegeu quatro elementos, no final de dois mil e dezassete, para integrarem a Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Vagos, cujo mandato destes comissários ainda não terminaram pelo limite legal, imposto pelo artigo 17º e 26º da Lei de proteção de Crianças e Jovens em perigo. Todavia, um destes elementos, eleito nessa data, e no seguimento das Eleições Autárquicas de dois mil e vinte e um, não integra esta Assembleia atualmente, endereçou a CPCJ a renúncia do seu cargo de comissário. Na Comissão alargada mantêm-se o professor Sérgio Martins, a educadora Madalena Pinto e a própria Andreia Marques, acumulando simultaneamente a função de Presidente da CPCJ. O grupo municipal do PSD entendeu que o grupo municipal do CDS deveria manter a sua representatividade política anterior na entidade em questão. Assim, o grupo municipal do PSD tomou a iniciativa de contactar o grupo municipal do CDS por forma a que este se manifestasse e indicasse um representante, ao qual o PSD votaria a favor. A senhora Deputada aproveitou a oportunidade, uma vez que se está a falar da CPCJ, para agradecer ao Município, na pessoa do senhor Presidente, e em particular do Vereador Pedro Bento e da Vereadora Susana Gravato, pela recente disponibilidade que demonstraram no sentido de cooptar elementos técnicos e responder à reais necessidades no exercício das funções da Comissão, quer a Alargada quer a Restrita. -----

----- Óscar Lopes Francisco –O senhor Deputado Óscar Francisco usou da palavra e referiu que em relação ao ponto anterior ficou bastante satisfeito por a proposta ter sido votada por unanimidade, pois nem sempre isso acontece. Em relação a este ponto começou por dar um voto de louvor ao trabalho da Patrícia Ferreira. A Patrícia comunicou que não podia de forma nenhuma continuar o trabalho na CPCJ, porque a sua atividade profissional tem-na absorvido muito. O grupo

municipal do CDS entendeu indicar para a sua substituição o senhor Deputado Rodrigo dos Santos Capeloa, que irá, com certeza, fazer um trabalho à altura daquilo que lhe for solicitado. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta conjunta dos grupos municipais do CDS e do PSD, denominada por Lista A, por escrutínio secreto.-----

----- Deliberação – A Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, a lista A, com vinte e quatro (24) votos a favor e dois (2) votos em branco, tendo sido nomeado como substituto do elemento representante da Assembleia Municipal, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vagos, o senhor Rodrigo dos Santos Capeloa. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: RELATÓRIO Nº17/2021-VIC-MUNICÍPIO DE VAGOS-GERÊNCIA DE 2016 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que aquilo que está escrito no relatório vem ao encontro daquilo que já tinha dito antes, e compreende agora que numa Autarquia, com um peso de imobilizado tão grande, os resultados líquidos não serão assim tão importantes. No entanto, disse, apresentar dez ou doze balanços consecutivos com resultado líquido negativo poderá comprometer a dívida. Aquilo que o Tribunal de Contas diz, e que ia de encontro àquilo que pensava, é que *“atendendo à existência de resultados operacionais financeiros e correntes negativos, registados nesta gerência e nas gerências seguintes, a entidade pondera melhor forma de ultrapassar esta situação, prevenindo assim as consequências que da mesma poderão advir no futuro.”* O problema é que estas entidades nacionais, e neste Governo maioritário também são algumas pessoas que pensam desta maneira, porque leem os balanços de acordo com a lei da economia e finanças, onde provavelmente diz que apresentar resultados líquidos negativos todos os anos, não sei quantos anos seguidos, se calhar é mau e se a Autarquia não o faz é preciso obrigá-la a fazer. Entretanto, leu uma outra passagem do relatório, *“as taxas de execução da receita nas gerências de dois mil e dezasseis a dois mil e dezanove situam-se aquém do legalmente previsto”*. O senhor Deputado está a ver onde se pode atacar, aumentando impostos sobre os vaguenses. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dizer que não percebeu porque é que o documento veio à Assembleia Municipal, em virtude de ser de dois mil e dezasseis. Entende que é absolutamente irrelevante, é uma perda de tempo, e não valia a pena estar aqui a discutir esse documento. Disse que ficou na dúvida, porque o Tribunal de Contas manda o relatório para o senhor Presidente da Câmara, e para a Câmara, e manda para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e nem tinha percebido qual dos dois e que tinha inscrito o ponto. No site do Tribunal de Contas há entidades cujo o nome não consta, e a questão que põe ao senhor Presidente é se há autorização da parte da Câmara Municipal para divulgar o relatório

tal qual o enviou aos membros da Assembleia Municipal. Em relação a questões de substância, destacou a parte do relatório do Tribunal de Contas em que é referido que *“o Município apresenta desempenhos negativos na componente resultados operacionais, financeiros e correntes, que se refletem no resultado líquido negativo ao longo dos anos. As taxas de execução orçamental da receita nas gerências de dois mil e dezasseis e dois mil e dezanove situam-se aquém dos valores legalmente previstos. Recomendações: Atendendo à existência de resultados operacionais negativos a entidade deve ponderar a melhor forma de ultrapassar a situação; deve adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais.”* Sobe este trecho disse que o PS não diria melhor. Aquilo que o Tribunal de Contas aqui diz em relação a dois mil e dezasseis, todos sabem. O PS di-lo aqui na Assembleia Municipal há muitos anos. Todos sabem como é que os orçamentos são feitos por esta Câmara e pelas Câmaras anteriores a esta, ou seja, empolando a receita, colocando obras que nunca serão feitas e, portanto, quando o senhor Presidente da Câmara diz que o PSD só inscreve no orçamento o que é para fazer e é para pagar depois só executa um terço. Aquilo que os senhores Deputados do PSD aqui costumam aprovar, quando é do orçamento, é uma mentira, porque aquilo não é para aprovar. Quando normalmente há uma revisão do orçamento é porque há necessidade de fazer além do orçamento. Mas em Vagos é o contrário. Em Vagos as alterações do orçamento é para baixar o orçamento, quando não havia nenhuma necessidade disso. Quando o orçamento está acima daquilo que é previsto executar não é preciso mexê-lo. E porque é que isso acontece em Vagos? Por causa do tal artifício, do tal truque que é feito, para tentar justificar que de facto há uma execução muito elevada. A situação é de tal forma caricata, e o senhor Presidente da Câmara disse há pouco que a execução de dois mil e vinte e um é histórica, um grande feito, e na informação escrita que apresentou não consta lá isso como impactante nos últimos tempos. É irrelevante para o senhor Presidente da Câmara em termos daquilo que foi o desempenho da Câmara, mas depois, um pouco apertado em relação aos números, tenta *“tirar este coelho da cartola.”* Em relação a dois mil e dezasseis a questão é o que é, não há nada a fazer. A Câmara Municipal deverá pôr os olhos nas recomendações, alterar os procedimentos e nos próximos orçamentos construí-los com rigor. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal –O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este assunto, como todos os outros, vem à Assembleia Municipal desde que seja determinado legalmente que assim seja, isto é, que seja uma competência deste Órgão. Não é por os assuntos serem mais cómodos ou menos cómodos à Câmara Municipal, ou ao senhor Presidente da Câmara, que se trazem aqui os assuntos. Sempre assim foi e assim será, por uma questão de transparência e de respeito. Não há aqui nenhuma informação que seja sonegada em função do interesse e de ser mais cómoda ou menos cómoda. Esta inclusão do assunto na ordem de trabalhos resulta do Regimento, artigo nº2 alínea k), que diz *“conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais.”* Por isso, é que este relatório está hoje aqui, para ser discutido e muito bem, porque este órgão tem a competência de fiscalização. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que quase concordava com o que disse o senhor Deputado Óscar Gaspar, mas aquilo que disse sobre os orçamentos não é verdade, porque como se sabe, ao contrário do que o PS diz, os orçamentos para o PSD não são “*folhas de couve*.” Um orçamento é um conjunto de intenções, e qualquer pessoa que esteja à frente de uma instituição, ou de uma empresa, quando faz um orçamento coloca lá um conjunto de intenções dependendo da vontade, e muitas das vezes da legislação, para se fazer ou não se fazer. Não é verdade quando o senhor Deputado diz que é um conjunto de mentiras, o orçamento é um documento de trabalho. A lei também prevê que se possa fazer a correção aos orçamentos, quando se prevê que estas situações não são concretizáveis. De notar que este documento é um documento muito técnico, e o Tribunal de Contas chama à atenção a um conjunto de coisas que já aqui foram discutidas por diversas vezes e deixa uma série de recomendações. No relatório há uma parte que faz referência à questão do investimento, ou seja, que a Câmara Municipal teve esta redução porque investiu nas IPSS's. A questão das despesas nos salários reduziu, apesar do aumento da atualização dos salários da função pública. Tem aqui uma série de coisas que são questões técnicas, e concorda com o senhor deputado Óscar Gaspar quando refere que este documento reporta a dois mil e dezasseis, e que já não interessa nada, mas também fala aqui de dois mil e dezanove. Entretanto, há uma questão que não pode passar em branco, ou seja, este documento também é um documento político e metade deste relatório fala do processo Ria Vagos, e isto é uma herança que este Executivo, e os anteriores, teve e que é muito pesado para o Município e para os vaguenses e não há como fugir. Este processo foi, e é ainda hoje, penoso para todos os vaguenses, sem culpa nenhuma, atendendo à dívida. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e ficou satisfeito por o senhor Deputado Sidónio Sansana ter percebido que os resultados líquidos valem o que valem. O senhor Presidente nunca disse que os resultados líquidos não têm qualquer tipo de importância, mas têm uma importância reduzida. O mais importante é a redução da dívida, e isso tem vindo a acontecer nos últimos anos, como se pode ver pela informação financeira, apesar dos resultados líquidos. Relativamente à afirmação que fez de que “*esta gente poderá aumentar os impostos aos vaguenses*” não se percebe bem em que é que se baseia, porque no que diz respeito aos impostos nacionais está nas mãos do Governo, e não é só para os vaguenses de forma particular. Em relação àquele em que a Câmara tem uma palavra a dizer, referiu que “*Esta gente são vocês*”, porque é a Assembleia Municipal que delibera, por exemplo, a taxa do IMI. O Município de Vagos, tal como outros o fizerem, podia, neste momento, já não ter dívida, porque se tivesse aumentado a taxa de IMI aos vaguenses de, por exemplo, de 0,3% para 0,4%, significaria um aumento de um milhão de euros de receita anual. Em dez anos, é só fazer as contas. A opção de manter a taxa de IMI na taxa mais reduzida foi do PSD e irá manter-se. Enquanto o PSD em Vagos tiver maioria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal a taxa de IMI manter-se-á na taxa mais reduzida. Também não se pode querer obra e não ter endividamento. O Executivo tem feito alguma obra, mas também tem dado prioridade à redução do endividamento. E porque é que se tem feito obra e a execução é de vinte milhões de euros no ano passado? Porque se conseguiu um

montante de fundos comunitários também ele recorde. Essa análise será feita a seu devido tempo, aquando da apresentação da prestação de contas. Nessa altura haverá tempo para discutir todos os números. Esta análise que vem aqui na prestação de informação à Assembleia Municipal é uma análise factual. Factualmente, executou-se cerca de vinte milhões de euros, uma taxa de execução perto dos 85% com ajustamento final ao orçamento. O senhor Deputado Óscar Gaspar confunde aqui muito as pessoas quando refere que este relatório são “aguas passadas, que não interessa nada”, mas não é da responsabilidade da Câmara. Todos os anos, depois da prestação de contas, a Câmara Municipal envia para os organismos correspondentes o documento. A Câmara Municipal recebeu o relatório preliminar nas vésperas das eleições Autárquicas, mas não é da sua responsabilidade. Este relatório era tão inócuo para o Executivo que pensou, honestamente, em nem responder, porque aprova as contas, faz recomendações. A Câmara Municipal aceita as recomendações e está tudo bem. Em relação ao envio para os membros da Assembleia Municipal há diplomas legais que têm de ser cumpridos e tem de se enviar. É assim que determina a lei. Não se pode querer transparência e depois estar-se aqui “a correr atrás da própria sombra”, não se trata de dar informação confidencial de ninguém. Em relação aos truques, truque são as cativações que o Partido Socialista sucessivamente tem feito nos últimos orçamentos de estado, que é aprovar os orçamentos e fazer as cativações. Quando se trata, por exemplo, de candidaturas a fundos comunitários o Executivo tem de ter o ponto inscrito, porque se não estiver inscrito, o investimento previsto no orçamento municipal, nem sequer há maturidade suficiente para fazer as candidaturas. Quanto à questão do processo Ria Vagos, infelizmente, foi uma herança que custou, que está a custar e que continua a custar muitos milhões de euros aos contribuintes vaguenses. Essa decisão tem dono, tem um rosto, mas não vale a pena falar sobre isso agora, porque o empréstimo tem de ser pago. O que vem aqui foi algo aprovado também na Assembleia Municipal, que foi o novo acordo com a Caixa Geral de Depósitos, que foi enviado em dois mil e treze, quando na altura era Vereador com o pelouro das Finanças, e por isso assume a responsabilidade desse processo, para o Tribunal de Contas que já tinha dito que não tinha nada a ver com aquele acordo. A Câmara Municipal notificou o Tribunal de Contas de que ia fazer esse acordo que tinha sido aprovado aqui na Assembleia Municipal. Não se trata de nenhuma questão da maior gravidade. Foi aprovado aqui e tinha de se retomar o empréstimo que a Autarquia tinha com a Caixa Geral de Depósitos, e está a ser pago. -----

----- Óscar Gaspar - O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra para perguntar ao senhor Presidente se era possível enviar aos membros da assembleia municipal os documentos do contraditório. Entretanto, questionou o senhor Deputado Juan Martins sobre o que é que era o processo político. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que a gestão da Câmara Municipal obviamente não é a gestão de uma corporativa, de uma empresa, de um grande interesse económico e entende-se perfeitamente que as escolhas feitas são da responsabilidade do Executivo Municipal. No entanto, o senhor Deputado gostava de deixar uma sugestão, ou seja, que aprofundassem e alargassem os recursos na área da contabilidade e

gestão para ajudar a minimizar a despesa que a Câmara Municipal tem. O senhor Deputado acredita que a Câmara Municipal tem massa gorda nos seus gastos correntes e não correntes que poderia evitar/limitar. -----

----- Hugo Jorge – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que os números não são a sua área, são mais a área do senhor Deputado Óscar Gaspar, mas às vezes é necessário libertar-se um pouco deles, destas questões dos números e das percentagens, e dar mais atenção àquilo que é feito. Quanto à questão de o relatório vir aqui agora, com as contas de dois mil e dezasseis, o senhor Deputado não sabe quando é que ele foi feito, mas ficou pronto agora, seria muito pior ser-se acusado de ter deixado o relatório na gaveta e dizer que a Câmara Municipal não quis divulgar o relatório porque tinha coisas que causavam desconforto. Quanto à questão dos orçamentos, a mesma palavra, por vezes, serve para coisas diferentes. Os orçamentos dos Governos e das Autarquias têm procedimentos legais, e o senhor Deputado prefere que seja executada menos percentagem, mas que as coisas sejam feitas do que não serem feitas porque não estavam lá inscritas, e por isso dá muito pouca atenção à questão das percentagens executadas. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que o Tribunal de Contas pede ao Presidente da Câmara Municipal que comunique quais as medidas adotadas para combater ou minimizar as falhas apontadas. Nesse sentido, o senhor Deputado pergunta quais são essas medidas. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que a Câmara Municipal aprovou as contas, que foram remetidas à Assembleia Municipal, As mesmas foram aprovadas em abril de dois mil e dezassete e foram enviadas para o Tribunal de Contas. A presença delas, apenas agora, é da responsabilidade do Tribunal de Contas e não da Câmara Municipal. O Tribunal de Contas de vez em quando analisa mais a pormenor alguns documentos de prestação de contas. Foi o que aconteceu com este, e cobra onze mil, trezentos e sete euros e noventa cêntimos, de emolumentos. A Câmara Municipal tem alguns sistemas de controle de custos, mas para reforçar vai implicar mais custos e esse equilíbrio tem de ser feito. A Câmara Municipal vai reforçar a Divisão da Contabilidade, porque obviamente aumentando as responsabilidades nas transferências de competências aumentam as despesas. Não é só o dinheiro que vem, são necessárias mais pessoas nos recursos humanos, mais recursos na contabilidade, na contratação pública. Esta história da descentralização de competências é muito “linda”, e a Câmara Municipal quer, e até está a aguardar pelo Governo em várias matérias, mas tudo isso implica despesa. Em relação ao contraditório o senhor Presidente vai saber se pode dar, porque o que interessa aqui é o relatório, o relatório preliminar, por exemplo, dizia que o processo Ria Vagos não constava da dívida da Câmara Municipal e provou-se que era mentira. A Câmara Municipal não tem de dar o relatório preliminar, porque não é isso que a lei determina. O que a lei determina é que se envie o relatório e o contraditório diz respeito ao relatório preliminar. --

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que a sua intervenção vem no seguimento da explicação que o senhor Presidente estava a dar e dos à partes

que o Partido Socialista teima em fazer. O senhor Deputado Óscar Gaspar referiu aqui que este relatório era referente a dois mil e dezasseis que não valia a pena ter vindo aqui perder tempo, e afinal já tem interesse no contraditório. Se querem perceber tudo é melhor esclarecer-se já. Percebe agora porque é que o membro desta Assembleia Juan Martins referiu que este também era um processo político? Desde logo, pela intervenção que aqui foi feita por parte do grupo municipal do PS. Se o relatório não tem interesse o ideal era não terem dito nada. Só que aproveitaram politicamente para dizer que estão coisas mal feitas e que se deve melhorar. Portanto, fazem aproveitamento político de tudo isto, para além da leitura política que se pode tirar deste relatório, e depois insinuam aqui que os outros é que vêm para aqui fazer política. Isso fica muito mal e as pessoas têm demonstrado isso nas eleições e o povo sabe muito bem as escolhas que faz. Relativamente a esta matéria o PS até devia era ter vindo aqui dar os parabéns pelo facto do relatório ter sido mostrado, o que demonstra a transparência com que é feito o governo desta Câmara Municipal e por se cumprir a lei. Não há problema nenhum em que a Assembleia Municipal tenha conhecimento daquilo que está menos bem. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que há pouco falou-se na questão das amortizações, e o problema das amortizações é o seguinte: existem cinco milhões de amortizações em dois mil e vinte, mas houve três milhões e meio de investimento, ou seja, o investimento não cobra sequer aquilo que é amortizado. O nível de capital do Município tem vindo a degradar-se. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES;** -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara solicitou à Mesa autorização para ser a senhora Vereadora Susana Gravato fazer a apresentação do ponto. -----

----- Vereadora Susana Gravato – A senhora Vereadora Susana Gravato fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este regulamento é muito oportuno, porque é necessário um regulamento que regule bem, e este não estará elaborado nesse sentido. Desde o início, se forem verificados alguns considerandos iniciais diz-se, por exemplo, que é obrigatório ponderar os custos e os benefícios e depois refere que aqui não há custos, são tudo investimentos, porque se está a investir no social. Então, se não há custos a questão que se coloca é porque é que se atribui um subsídio de “dez e não de cem, se é tudo proveitoso.” Entretanto, a seguir refere que os proveitos são imensuráveis, e custa muito a perceber como é que os custos e os proveitos possam ser imensuráveis. Tem de haver um critério de aferição. Sinceramente, aquilo que parece é que estas definições estão aqui um pouco a fugir a esta questão de ter de se dizer se faz ou não sentido a Câmara Municipal aplicar determinado tipo de subsídios. Esta proposta suscita muitas dúvidas ao grupo municipal do PS. Por exemplo, no

artigo 2º, ficou a dúvida se aquele “*sediado em Vagos*” se aplicava a todo o número ou não. Entretanto, no artigo 4º parece que não, que é possível a Câmara apoiar associações de outros Municípios. Também no artigo 2º refere que se pode aplicar a entidades que não estejam formalizadas, e remete-se para o artigo 195º do Código Civil, mas aquilo que se está, de alguma forma, a fazer é a beneficiar o informalismo. Ao permitir o mesmo benefício a quem está formal ou não formal empurra-se as pessoas para o informal. No âmbito exclui-se a parte do desporto, porque refere que há um regulamento específico para o desporto, e pergunta o senhor Deputado se depois se aplica a tudo o resto. Por exemplo, aplica-se à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vagos? Os procedimentos são exatamente estes que constam aqui? Não parece que possam ser. No artigo 3º, custa perceber que não esteja previsto que seja necessária uma contratualização entre a Câmara Municipal e quem recebe. No artigo 6º, não consta como se contabiliza, como é que a Câmara Municipal pode controlar aquilo que é aplicado. No artigo 8º fala-se na aquisição de viaturas, o que é uma novidade. Habitualmente as viaturas, pelo menos as de ligeiros de passageiros, não são incluídas, mas também é verdade que a prática da Câmara Municipal nos últimos anos não tem sido apoiar as viaturas. Neste aspeto, até porventura, na área do social, faria sentido ir aqui um pouco mais longe. O artigo 13º, nº2, tem uma expressão que causa bastante preocupação quando se diz que os subsídios também são dados de acordo com a colaboração com o Município na prossecução das suas atribuições. Mais grave, ainda, é o artigo final em que se diz que tem de haver uma colaboração das associações com o Município nas suas atividades sociais. O último artigo levanta muitas dúvidas, ao referir que em caso de não ser o Presidente da Câmara a decidir, será o Vereador ou a Vereadora da área da Cultura. O que se pergunta é, quando não está em causa a área da Cultura e está em causa, por exemplo, o social, faz algum sentido ser o Vereador da Cultura a decidir, e não o Vereador da área social? É por estas e por outras, por haver múltiplas incongruências, que, pelo grupo municipal do PS, será entregue um requerimento à Mesa, no sentido de propor que esta votação possa ser adiada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, independentemente da discussão que aqui se possa fazer hoje. -

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou a entrega do requerimento à Mesa, que passou a ler: “*Tendo em conta que está inscrito na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, o Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios às Associações, e considerando que: 1- as associações do Município têm uma atuação absolutamente meritória e essencial em termos culturais, socio recreativos, educativos e de ação social etc.; 2- É importante, em termos de desenvolvimento da atividade das associações, das políticas municipais, mas também da boa gestão dos dinheiros públicos, que haja um regulamento municipal de subsídios às associações adequado; 3- O projeto de regulamento municipal de subsídios às associações apresentado não foi objeto de contributo das associações ou dos outros interessados; 4 – O projeto de regulamento municipal de subsídios às associações apresentado merece reflexão aprofundada em alguns pontos; 5 - O projeto de regulamento municipal de subsídios às associações pode ser melhorado com base na discussão efetuada; 6 – Não é conhecido o montante e distribuição dos*

subsídios atribuídos em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um; 7 - O projeto de regulamento municipal de subsídios às associações não tem urgência absoluta. Requer-se, pelo presente, que sem prejuízo da discussão efetuada nesta sessão da Assembleia Municipal a deliberação sobre o regulamento municipal de subsídios às associações seja agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal no sentido de melhorar e merecer melhor consenso.”-----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu um ponto de ordem à Mesa, antes da votação do requerimento. O senhor Presidente quis chamar à atenção, com toda a abertura, que a Câmara Municipal não se opõe a discutir este regulamento numa outra reunião. Contudo, o que está afirmado no requerimento não corresponde à verdade. Uma coisa é querer melhorar um documento, e da intervenção feita pelo senhor Deputado Óscar Gaspar não se percebeu nenhuma proposta de melhoria. No entanto, coloca essa hipótese de se retirar o documento e de o voltar a discutir de uma forma ainda mais aprofundada. O que não pode aceitar, disse, é que esse requerimento tenha inverdades. O processo esteve em discussão pública, foram consultadas as instituições. Este regulamento surge do facto de se ter detetado por parte das associações a necessidade de simplificar o procedimento, porque o que está hoje em vigor é um regulamento que complica a vida das associações e resulta de um compromisso político do PSD, e deste Executivo, de reduzir a burocracia deste documento, nos documentos que as associações têm de apresentar nas candidaturas. Continuando, disse que se o Partido Socialista retirar este requerimento estará disponível para pedir à Assembleia para retirar este ponto da ordem de trabalhos e de o discutir com mais profundidade, com a nota de que as associações serão prejudicadas, porque terão de continuar a apresentar o pedido de apoio com base no regulamento que está em vigor. O senhor Presidente não se importa de discutir o documento, mas não com base em coisas que não correspondem à verdade. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao senhor Deputado Óscar Gaspar para saber se quer manter o requerimento, na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara para se chegar a um entendimento sobre este assunto.-----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que não conhece o processo da feitura deste regulamento, portanto, a informação que a Câmara Municipal dá é correta. Entretanto, solicitou aos membros da Assembleia que olhassem para a página um do documento que foi enviado, que no seu penúltimo parágrafo “*o início do procedimento foi divulgado por aviso público publicitado no sítio institucional do Município e no Jornal O Ponto e remetido às Juntas de Freguesia do Concelho de Vagos, dando a conhecer da possibilidade de todas as associações culturais, socioeducativas, artísticas, recreativas e humanitárias do Concelho de Vagos, bem como outras instituições que desenvolvam atividades que no âmbito do regulamento se pretendam apoiar, apresentarem contributos para a elaboração da proposta de alteração do referido regulamento.*” Último parágrafo: “*Decorrido o prazo fixado para apresentação de contributos, não houve quaisquer interessados em participar no procedimento de alteração do regulamento*”. Isto é exatamente aquilo que o Partido Socialista diz no requerimento, ou seja, não

houve da parte das associações nenhum contributo que fosse dado para este regulamento. É aquilo que está escrito no documento e é aquilo que está escrito no requerimento do Partido Socialista. Portanto, não fugiu, nem um milímetro, à verdade. Mas que não seja este o impedimento para o PSD, se assim o entender, aprovar este requerimento. Para o grupo municipal do PS o importante é ter um bom regulamento, e se é essa a questão retira-se esse ponto. Quando se diz que o não discutir hoje o regulamento, e discutir na próxima sessão, pode prejudicar as associações, todos sabem que este regulamento não vai ser publicado no próximo mês. O que se podia perder aqui em discussão, três ou quatro semanas, pode ganhar-se numa norma transitória que permita que o regulamento possa entrar de forma mais célere do que aquilo que são os trâmites. O importante é focar-se naquilo que é essencial, que é ter um bom regulamento. O grupo municipal do PS colocará por escrito todas as propostas que tem, mas também propõe a criação de um pequeno grupo de trabalho dentro da Assembleia Municipal com o compromisso de na próxima sessão extraordinária se possa apresentar aqui um regulamento consensual. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se o senhor Deputado Óscar Gaspar se o grupo municipal do PS retira o requerimento.

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar diz que não retira o requerimento. Pode retirar a alínea que suscitou questões ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor presidente da Assembleia Municipal informa que o que entendeu da intervenção do senhor Deputado é que iria retirar o requerimento. Mas se não é isso o requerimento tem de ser votado. A questão aqui é muito clara, ou seja, aquilo que está aqui requerido é retirar este ponto e não o colocar à votação hoje. É isto que está em causa no requerimento apresentado pelo PS. O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aceite que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos se o Grupo Municipal do PS retirar o requerimento que apresentou. Assim sendo, ou se coloca à votação o requerimento, e passa-se à discussão do ponto, ou não, conforme a votação do requerimento, ou ele é retirado, e conseqüentemente retira-se da discussão o ponto cinco da ordem de trabalhos e adia-se a sua discussão e votação para uma outra sessão. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o ponto ainda nem sequer foi discutido. Se quiserem discutir o regulamento discute-se, e a Câmara Municipal tem resposta para a maior parte das questões suscitadas. Se não querem discutir, e querem fazer disto um caso político, então coloca-se o requerimento à votação. O PSD toma a sua decisão, e depois discute-se o regulamento. Se o requerimento for retirado a Câmara Municipal está na disposição de adiar a votação para a próxima sessão da Assembleia que será em março. Se o requerimento for a votação retira-se de imediato o ponto e não haverá discussão. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao porta voz do PSD que se pronunciasse sobre este assunto. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que em relação a estes pontos de ordem e defesa da honra deve-se ter, eventualmente, algum cuidado acrescido, porque o Partido Socialista tem abusado disso, uma vez que não tem tempo e usa esse tempo

para vir aqui dizer coisas que nada têm a ver com a defesa da honra. Relativamente ao requerimento apresentado pelo PS sugeriu que quando facultassem um documento que ele também esteja, do ponto de vista da escrita, correto, ou seja, grupo parlamentar é na Assembleia da República, aqui é grupo municipal. No ponto quatro do requerimento quando se diz que o projeto de regulamento municipal de subsídios às associações apresentado não foi objetivo de contributo, terá querido dizer objeto de contributo. Relativamente à posição do PSD, obviamente, irá votar contra este requerimento e depois estará na disponibilidade de votar a eventual retirada do ponto, caso o senhor Presidente da Câmara assim o entenda. Caso não entenda, o grupo municipal do PSD está em condições de passar à discussão e aprovação do regulamento que foi apresentado. O grupo municipal do PSD tem uma proposta que fez, e que teve o cuidado de facultar, e vai apresenta-la à Mesa. O senhor Deputado Óscar Gaspar quando veio aqui falar teve a indelicadeza, de antes de ser apresentada a proposta, de dizer que o grupo municipal do PSD iria fazer essa proposta. Este tipo de atitudes fica mal e as demais forças políticas partidárias devem ser respeitadas. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que o grupo municipal do PS decidiu retirar o requerimento apresentado à Mesa. A Mesa devolveu o requerimento ao grupo municipal do PS e questiona o senhor Presidente da Câmara Municipal se é para retirar o ponto cinco da discussão. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara informa que antes de retirar o ponto da ordem de trabalhos seria importante discutir o assunto, porque pretende prestar alguns esclarecimentos de algumas afirmações que foram feitas relativamente ao regulamento. A Assembleia Municipal é a sede onde se podem discutir os assuntos e alterar uma coisa ou outra. Ninguém disse aqui que não se pode alterar o regulamento. Quem aprova o regulamento é a Assembleia Municipal. Sobre os considerandos iniciais, eles são da responsabilidade da Câmara Municipal e não faria qualquer sentido que por causa deles não se aprovasse o regulamento. Em relação ao facto de as associações terem a sede no Concelho, pois objetivamente este regulamento é, em primeiro lugar, para as associações que têm sede no Concelho. Entretanto, no artigo 4º, nº4, diz “*sem prejuízo do disposto na alínea b) do artigo anterior poderão ainda ser concedidos apoios às entidades sediadas fora do Município de Vagos, desde que a Câmara reconheça que se trata de eventos que fundamentadamente podem contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Vagos.*” Relativamente aos contributos das associações na elaboração do regulamento, a Câmara Municipal já o foi tendo ao longo dos tempos aquando da dificuldade em preencher a documentação exigida pelo regulamento que está em vigor. O senhor Presidente considera que nenhuma das questões que o grupo municipal do PS apresentou seja relevante para não se aprovar hoje o regulamento e pode, perfeitamente, fazerem-se ajustamentos. A questão da entrada em vigor, porque a publicação em Diário da República será sempre uma coisa demorada, pode haver essa norma transitória. O senhor Presidente entende que estão reunidas condições pra votar o regulamento, e não sabe se retirando o ponto da ordem

de trabalhos se terá de se reiniciar o processo ou se pode apresentar o mesmo regulamento com as propostas de alteração. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a decisão de retirar o ponto da discussão e trazê-lo a outra sessão da Assembleia não tem nenhum problema. O ponto é retirado para melhoramento do documento. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que esclarecendo o que tinha a esclarecer, da intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, continua na disponibilidade para corrigir algumas coisas que haja para corrigir ou para retirar o ponto e deixar em aberto essa discussão para março, aquando da realização da sessão extraordinária que irá ser agendada. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal questiona se o ponto vai ser retirado da ordem de trabalhos e será discutido novamente na sessão extraordinária, que se realizará em março, tendo um espaço de tempo de quinze dias para a Câmara Municipal juntamente com os grupos municipais encontrarem um entendimento de forma a melhorar a proposta e voltar a trazê-la à Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal solicita, apenas, que os contributos dos grupos municipais sejam enviados por escrito, com algum detalhe, o mais brevemente possível. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou que a sessão extraordinária, em princípio, será agendada para dia catorze de março de dois mil e vinte e dois. Entretanto, deu a palavra ao senhor Deputado Sérgio Martins, que havia pedido para intervir. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e começou por deixar uma nota sobre a situação que o mundo está a atravessar e manifestou o seu total repúdio por qualquer atentado à vida de qualquer ser humano. Relativamente ao regulamento referiu que quando membro de algumas associações, sobretudo de voluntariado, só tem a congratular-se que tenha sido dado este passo, porque as associações estavam a ter muitas dificuldades em cumprir as exigências do atual regulamento. Por outro lado, referiu que lhe agrada, profundamente, a transparência que este regulamento vai trazer e coloca as associações numa situação de poder continuar a honrar aquilo que é a história, a tradição, a memória do povo. Enquanto elemento destas áreas, o senhor Sérgio Martins sente-se honrado por isso. Algumas situações poderiam ser melhoradas. Naturalmente que sim, mas ao senhor Deputado custa-lhe que se possa fazer disto um espetáculo e que às vezes se percam naquilo que pode não ser o essencial. O essencial é que as associações do Concelho de Vagos só tenham a beneficiar com isto. É possível melhorar? É sim, e todos ganham com isto e Vagos, a cultura e tradição. Assim que iniciou o seu mandato como Deputado, disse, logo se debateu com a distinção entre aquilo que é a cultura e desporto e o facto de estarem aqui separados permite que a cultura, e tudo o que caracteriza o associativismo, pode continuar a progredir e continuar a fazer aquilo que tão bem faz em Vagos. A decisão será

naturalmente de todos, mas, enquanto membro desta Assembleia Municipal, só tem a congratular-se com este documento e com aquilo que ele traz para as associações. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que corroborando tudo o que acabou de dizer o senhor Deputado Sérgio Martins apresentou uma proposta para definitivamente resolver esta questão. O grupo municipal do PSD por ele, com um pequeno acerto ou outro, estaria em condições de aprovar este regulamento, que consideram de toda a importância. No entanto, atendendo à data da próxima sessão da Assembleia Municipal, que está relativamente perto, as associações não serão assim tão prejudicadas por isso. E, para que não hajam quaisquer dúvidas, o grupo municipal do PSD está na disponibilidade de retirar o ponto da ordem de trabalhos e de, eventualmente, durante a próxima semana, reunirem com um elemento de cada grupo municipal, e a senhora Vereadora Susana Gravato, caso tenha disponibilidade, e fechar o documento com as alterações que se entendam convenientes para vir à aprovação na próxima sessão extraordinária. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal pergunta se há alguma consideração em relação à proposta do grupo municipal do PSD. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse que concordava com a proposta. Entretanto, fez mais um esclarecimento em relação ao regulamento. A certa altura dirá aqui no documento que este surge com o objetivo de as associações cumprirem os desígnios da Câmara Municipal. É isso que permite atribuir subsídios, porque caso contrário nem sequer se pode atribuir o subsídio, decorre da lei. Outra coisa, como é lógico, é obrigar as associações, quando fazem uma atividade com o apoio da Câmara Municipal, terem de colocar a menção “com o apoio da Câmara Municipal”. Isto é assim em qualquer Câmara Municipal, não é só em Vagos. É uma questão de se divulgar o trabalho que a Câmara Municipal faz em determinadas áreas. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS concorda com a proposta do grupo municipal do PSD. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ia colocar à votação a proposta do grupo municipal PSD, de retirar o ponto da ordem de trabalhos, com a posterior responsabilidade da Câmara Municipal e dos grupos municipais marcarem a reunião e discutir para que o regulamento possa vir à próxima sessão já melhorado. ---

----- Deliberação – Colocada a proposta do grupo municipal do PSD a votação, a Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, retirar o assunto para ser discutido e votado na próxima sessão. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, da

qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____